

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Diretor de Redação: Otavio Frias Filho

Conselho Editorial: Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Carqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo e Otavio Frias Filho (secretário)

A volta dos cinco anos

As articulações que se desenvolvem junto a parlamentares do chamado "Centrão", no sentido de aprovar um mandato de cinco anos para o presidente Sarney, dão uma medida consternadora do fisiologismo e do descompasso frente à opinião pública que orientam algumas decisões do Congresso constituinte. Se a tendência que atualmente se fortalece entre os deputados e senadores conduz a um louvável esforço de aperfeiçoar o Projeto Cabral, expurgando-o de suas propostas estatizantes, xenófobas e impraticáveis, é com desalento que se vê este processo acompanhar-se de um visível recuo político no que concerne ao tema do mandato presidencial. Já sobe a duzentos o número de assinaturas favoráveis aos cinco anos.

Por mais que as declarações oficiais do Executivo apresentem o episódio como encerrado, evitando o desgaste de mais uma disputa aberta nessa questão, não se pode afastar o risco de que, face às gestões desta vez mais discretas do Planalto, conveniências menores e submissões pressurosas ao continuísmo governamental venham a prevalecer. Mesmo sem a intervenção explícita do presidente, são inevitáveis os cálculos a respeito das vantagens e desvantagens em realizar a eleição já no ano que vem; e, as conclusões a que se chega variam, naturalmente, muito mais segundo os interesses imediatos de cada grupo do que de acordo com qualquer outro raciocínio político de maior alcance.

Não cabe, aqui, reiterar a avaliação de que o governo Sarney, esgotado em suas propostas e em seu próprio significado histórico, limita-se a uma deprimente oscilação entre o esforço de dar alguma aparência de controle sobre um quadro de ingovernabilidade crescente, e o

intuito irrelevante de afirmar sua presença por meio de alguns projetos de interesse regional, numa administração que, de experimentalista, hesitante e intuitiva, passa a ser mera demonstração de falência e desgoverno. Não é, entretanto, sob a ótica do desempenho do presidente que importa avaliar a proposta de cinco anos de mandato.

O fundamental é que esta idéia representa o rompimento claro de todo um cronograma de transição política, sem haver nenhum motivo aceitável para que esta seja adiada ainda mais. Trata-se de determinar a democratização plena do país, com um presidente eleito diretamente. Não só o mandato de quatro anos, com direito a uma reeleição, afigura-se em princípio como mais adequado para os fins de renovação política e de periódica avaliação popular de um governo, como, neste caso, nada explica que uma administração se prolongue por força de um capricho continuísta, por receio quanto aos resultados eleitorais que talvez estejam reservados ao PMDB, ou por obra de algum obscuro tráfico de vantagens e interesses.

É isto, entretanto, o que mais uma vez parece preparar-se nos bastidores do Congresso constituinte. A derrota imposta a esse projeto, na Comissão de Sistematização, talvez tenha advertido os seus mentores da necessidade de mais sigilo e sutileza; não parece ter afastado, entretanto, a expectativa governamental de que o fisiologismo, a falta de compromisso com a opinião pública, o medo a que a vontade popular finalmente se expresse, a degradação ética e política da maioria dos parlamentares brasileiros e a avidez de cargos e privilégios possam, desta vez, manifestar-se com máxima evidência.